



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SP

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DE 2(DOIS) BRASÕES, INSTALADOS NA FACHADA DO ÚLTIMO PAVIMENTO DO EDIFÍCIO SEDE DESTA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO/SP

1. INTRODUÇÃO

1.1 Em razão da recomendação da AGU, expressa em seu modelo de Projeto Básico (Modelo de Projeto Básico – Obra e Serviço de Engenharia (não comum), Atualização: Maio/2020), apresenta-se como anexo este termo, elaborado pelo responsável técnico pelo Projeto Básico, no qual especifica-se os chamados pontos fundamentais para a elaboração da minuta de Edital, bem como as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para o adequada satisfação do interesse público.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 No que tange a técnica de execução do objeto a ser contratado não se apresenta óbices quanto a contratação de cooperativas, visto que todos os atos da mesma serão igualmente fiscalizados e atestados por fiscal técnico do contrato.

2.2 Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico a qual não tenho formação e ou competência para exprimir opinião fundamentada.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Conforme explicitado nos comentários do modelo de projeto básico da AGU, quanto ao regime de execução, o mesmo deve ser feito pelo gestor:

3.2 *Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que: a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;*

3.3 Porém, com o intuito de subsidiar o gestor, recomenda-se a adoção do regime de execução - Empreitada por Preço Unitário. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1977/2013, trecho abaixo transcrito:

3.4 *“a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras; “*

3.5 Também, pelas características da obra, a empreitada por preço unitário permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidades de medida, cujo o valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1 No que tange aspectos técnicos de engenharia, o objeto é uma reforma e todos os serviços contratados são importantes para a entrega do produto final. Porém, do ponto de vista técnico, apenas o gerenciamento seria objeto de vedação para subcontratação, haja vista a responsabilidade da empresa na entrega de todos os serviços, podendo os demais serviços serem subcontratados respeitando os limites estabelecido no Projeto Básico de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

4.2 Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico a qual extrapola a competência para exprimir opinião fundamentada.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.1.1 A CONTRATADA deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

5.1.2 As empresas cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:

5.1.2.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de referência, em plena validade;

5.1.3 Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

5.1.3.1 Experiência comprovada com içamento através de guindaste jipe manet com cesto de serviço em altura mínima de 5 andares (aproximadamente 15 metros) ou superior;

5.1.3.2 Limpeza, decantação, galvanização e pintura de fachadas;

5.1.3.3 Limpeza, decantação, galvanização e pintura em objetos de aço carbono;

5.1.3.4 Habilitação dos profissionais nos normativos NR 10 (instalações elétricas) e NR 35 (trabalho em altura);

5.1.4 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

5.1.5 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

5.1.6 Nos atestados, ARTs ou CAT exigidos nos subitens anteriores, para serem aceitos, deverá conter a seguinte informação em pelo menos um deles:

5.1.6.1 Trabalhos com retirada de objetos em altura equivalente a 5 andares (aproximadamente 15 metros) ou superior e trabalhos de revitalização ou equivalente de placas, letreiros ou brasões;

5.2 Os profissionais apresentarão Certidão de Acervo Técnico – CAT relacionadas com os serviços acima mencionados.

5.3 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

6. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

6.1 Em se tratando da execução de obra/serviço de engenharia, a área técnica define que o parcelamento gera conflitos de compatibilização dos sistemas e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras, tanto no gerenciamento do canteiro, quanto a imputação de responsabilidades.

6.2 Além disso, a Administração possui recursos escassos e a contratação de serviços em separado traz uma maior necessidade de distribuição das tarefas entre vários servidores, o que nesse momento poderia inviabilizar a obra.

6.3 Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública: Economicidade e Eficiência.

6.4 O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como Administração da obra e utilização de mão de obra da Administração, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado.

6.5 Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente não seria possível a realização e fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado final esperado pelos usuários.

6.6 Frise-se que a contratação em separado é a regra para o legislador, porém com o intuito de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o que no presente caso não se configura.

6.7 Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta da obra, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração, cada vez mais escassos.

7. SUSTENTABILIDADE

7.1 Nos termos do art. 3 da Lei 8666/93, visando a promoção e proteção do Desenvolvimento Sustentável, segue análise prévia da sustentabilidade do certame que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para a instalação de elevador de carga no Edifício Sede desta Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo/SP, foi utilizado em consulta ao Guia Nacional de Sustentabilidade da AGU (2 ed.), tais como:

- Utilização de equipamentos com baixo consumo de energia;
- Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência, e de baixo consumo de energia;
- Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;
- Observância ao gerenciamento de resíduos à serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

São Paulo/SP, 22 de Junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FERES BORGES, Agente de Polícia Federal**, em 26/07/2021, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOGI SATO, Agente de Polícia Federal**, em 27/07/2021, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **19298927** e o código CRC **67875658**.